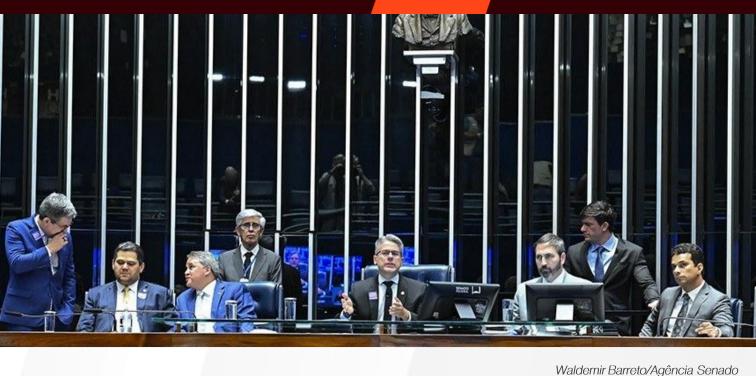
ANO X – EDIÇÃO XXX

// MALTA



## A cena política da semana foi marcada por contrastes entre avanço legislativo, impasse institucional e ação policial de grande envergadura. O Senado

AVANÇOS E IMPASSES

concluiu a tramitação da ECA Digital (Lei Felca), enviando à sanção presidencial um marco que busca proteger crianças e adolescentes diante dos riscos do ambiente digital. Na Câmara, a PEC da blindagem esbarrou em divisões internas e revelou a dificuldade do Legislativo em equilibrar prerrogativas com a pressão da opinião pública. Já fora do Congresso, a megaoperação Carbono Oculto expôs a sofisticação de um esquema bilionário de sonegação e lavagem no setor de combustíveis, com uso de fintechs e fundos, e reacendeu o debate sobre fiscalização e regulação. Esses três episódios, em conjunto, projetam um retrato do poder oscilando entre a proteção social, a defesa corporativa e a repressão ao crime econômico. A INFÂNCIA CONTRA A MÁQUINA

O Senado concluiu nesta semana a votação do Projeto de Lei 2.628/2022,

## conhecido como "ECA Digital", que cria um marco de proteção às crianças e adolescentes em ambientes digitais. A proposta, já aprovada pela Câmara dos

Deputados, tipifica a adultização infantil e estabelece novas obrigações para plataformas tecnológicas, incluindo mecanismos de bloqueio de conteúdos, restrições de contato entre adultos e menores e controles de tempo de uso. Ao encerrar sua tramitação no Congresso, o texto segue para sanção presidencial e consolida uma resposta legislativa à crescente preocupação da sociedade sobre a exposição de jovens ao poder das dinâmicas digitais. O texto aprovado estabelece um regime de responsabilidade compartilhada entre famílias, empresas e Estado. Prevê medidas como a vinculação de contas infantis a perfis de responsáveis, a remoção rápida de conteúdos

podem chegar a 10% do faturamento ou até R\$ 50 milhões por infração, o que despertou forte reação do setor de tecnologia e reforçou o discurso político de enfrentamento aos gigantes digitais em defesa da infância. Com a sanção presidencial próxima, o debate se concentra na tensão entre a proteção de menores e a liberdade de inovação tecnológica. Questões como o alcance da definição de "acesso provável a menores" e a responsabilização direta das plataformas devem ser judicializadas. A regulamentação posterior

será decisiva para garantir efetividade sem criar barreiras desproporcionais a

empresas menores. O desafio será transformar a lei em proteção concreta,

nocivos, a proibição de publicidade direcionada e de técnicas de manipulação

emocional via inteligência artificial ou realidade aumentada. As penalidades

evitando entraves burocráticos e disputas prolongadas. "A partir da sanção da lei, as empresas serão obrigadas a organizar seus produtos serviços de forma mais adequada ao público infantil e adolescente" Alessandro Vieira, Senador (MDB/SE)



A chamada PEC da blindagem, que busca ampliar as prerrogativas de parlamentares frente a investigações judiciais, travou na Câmara dos

Deputados após tentativas frustradas de votação. O texto encontrou

resistência de diversos líderes, que não chegaram a consenso sobre os limites

para prisão em flagrante, a necessidade de autorização da Casa para abertura

de inquéritos e até mesmo sobre a proposta de restabelecer o voto secreto

em determinadas deliberações. A ausência de acordo refletiu o desconforto

em pautar uma matéria de impacto institucional tão delicado em meio a um

ambiente de forte escrutínio público. As reações no plenário e nos bastidores revelaram divisões nítidas. Enquanto setores da base pressionam pela aprovação como forma de reafirmar a autonomia do Legislativo, opositores e parte dos próprios governistas alertam para o custo reputacional de avançar com um texto percebido pela sociedade como autodefesa corporativa. O impasse ainda fragiliza a pauta da Presidência da Câmara, que tenta evitar a paralisia das votações e administrar a relação com líderes que condicionam seu apoio em outras matérias à tramitação da proposta. O tema também passou a ocupar espaço nas

negociações políticas mais amplas, envolvendo articulações sobre reforma

O cenário futuro é de incerteza. Há quem defenda fatiar o texto para reduzir

administrativa e distribuição de cargos.

democracia."

Cabo Gilberto Silva

resistências, enquanto outros apostam no adiamento indefinido até que o clima político esteja mais favorável. Qualquer tentativa de avanço sem ampla costura tende a gerar questionamentos no Supremo Tribunal Federal e a intensificar o desgaste junto à opinião pública. A PEC da blindagem se tornou, assim, um termômetro da capacidade de autolimitação do Congresso: ou reafirma sua imagem como instituição que busca equilíbrio entre responsabilidade, ou reforça a leitura de que atua prerrogativas e prioritariamente em defesa de seus próprios membros. "O que acontece hoje é chantagem explícita do Congresso Nacional. Parlamentar com

medo de falar naquela tribuna, isso não é

A Polícia Federal deflagrou nesta semana a operação "Carbono Oculto",

mobilizando mais de mil agentes em diversos estados para desarticular um

esquema bilionário de sonegação e lavagem no setor de combustíveis.

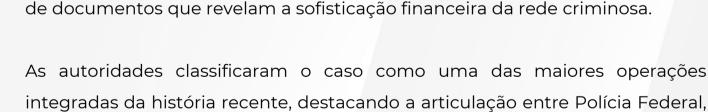
Segundo as investigações, o grupo utilizava fintechs e mais de quarenta

fundos de investimento para ocultar recursos obtidos com adulteração e

venda irregular de derivados, movimentando dezenas de bilhões de reais

entre 2020 e 2024. A ação resultou em prisões, bloqueios judiciais e apreensão

Deputado Federal e vice-líder da oposição



CARBONO OCULTO

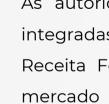
integradas da história recente, destacando a articulação entre Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público. O impacto imediato recaiu sobre o mercado de combustíveis, já marcado por denúncias de adulteração, e também sobre o sistema financeiro, que recebeu um alerta quanto ao uso de instrumentos sofisticados em fraudes fiscais. A repercussão política foi rápida, com parlamentares da base e da oposição sugerindo a criação de CPIs para

apurar a extensão do esquema e possíveis vínculos com agentes públicos.

O desdobramento da operação pode inaugurar uma nova etapa no debate

regulatório. A fiscalização sobre fintechs e fundos tende a se intensificar,

prioridade da recomposição de receitas desviadas e alimenta a agenda legislativa de endurecimento das normas contra crimes tributários e financeiros. SÍNTESE DA SEMANA No Senado, a aprovação do ECA Digital concluiu a tramitação do PL 2.628/2022 e enviou à sanção presidencial um marco voltado à proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, impondo novas



abrindo espaço para medidas mais rígidas de compliance no sistema financeiro. Além disso, a cooperação entre órgãos federais aponta para um modelo de atuação que pode se consolidar em outras frentes de combate à criminalidade econômica. No campo político e fiscal, o caso reforça a

responsabilidades às plataformas. Na Câmara, a PEC da blindagem emperrou diante da falta de consenso entre líderes e do receio de desgaste institucional, expondo a dificuldade do Legislativo equilibrar prerrogativas e credibilidade pública. Fora do Congresso, a Polícia Federal deflagrou a megaoperação Carbono Oculto, que desarticulou um esquema bilionário de sonegação e lavagem no setor de combustíveis, envolvendo fintechs e fundos de investimento, e

projetou uma agenda de endurecimento regulatório. No balanço, a

semana mostrou um Legislativo dividido entre avanços sociais e

impasses corporativos, enquanto a atuação coordenada do Estado no

Material produzido por



responsabilidade institucional.





policial reforçou a expectativa por maior fiscalização e

